



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

O CAMPO PROFISSIONAL E O TRABALHO ASSALARIADO: UM TERRENO VULNERÁVEL AO AVANÇO CONSERVADOR

Fernanda Gonçalves de Camargo e Silva¹
Lucilene Alves Pereira Costa²

Resumo: O presente artigo traz elementos para subsidiar uma reflexão sobre o trabalho profissional, a condição de assalariamento dos (as) assistentes sociais e os reatamentos no campo profissional, entendendo que a partir das circunstâncias que atravessam esse campo, ele torna-se vulnerável ao avanço conservador. Para isso, discorremos sobre a relação constitutiva do pensamento conservador e o Serviço Social, a condição de trabalhador assalariado dos profissionais e dimensão contraditória do trabalho profissional. Apontamos além dos limites para imprimir uma direção social emancipatória ao fazer profissional, e aos “resultados” desse trabalho, possibilidades de criar resistências ao avanço conservador dentro da profissão impulsionado pela crise do capital.

Palavras chaves: Campo profissional, trabalho assalariado e conservadorismo.

Abstract: The present article has elements to subsidize a reflection on the professional work, the condition of wages of the social assistants and the refutations in the professional field, understanding that from the circumstances that cross this field, it becomes vulnerable to the conservative advance. For this, we discuss the constitutive relationship of conservative thinking and Social Work, the condition of salaried employees of professionals and the contradictory dimension of professional work. We point beyond the limits to print emancipatory social direction by making professional, and the "results" of this work, possibilities of creating resistance to the conservative advance within the profession driven by the crisis of capital.

Key words: Professional field, wage labor and conservatism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende trazer elementos para reflexão sobre o trabalho profissional, a condição de trabalhador assalariado dos(as) assistentes sociais e o campo profissional como vulnerável ao avanço conservador.

Ao resgatar a relação constitutiva do Serviço social com o conservadorismo, conceituamos inicialmente a ideologia conservadora que nas palavras de Lynch (2017) tem três núcleos centrais: a preocupação com o controle da mudança, a crença nas origens extra-humana da ordem social e a organização flexível que se molda ao “adversário”. Evidenciamos como esse pensamento atravessou o surgimento e institucionalização do Serviço Social, que desde seu início foi adepto ao conservadorismo fazendo a defesa da família, tradição, hierarquia e ordem.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de São Paulo, E-mail: n_gcs@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de São Paulo, E-mail: n_gcs@hotmail.com.

Refletimos sobre o trabalho profissional frente à vulnerabilidade inerente a condição de trabalhador assalariado, que torna o campo profissional mais suscetível ao avanço do pensamento conservador. Discorreremos brevemente sobre as metamorfoses no mundo do trabalho, como estas atingem o trabalho profissional e as estratégias para “frear” essa avalanche conservadora. Apontamos elementos da condição de assalariado dos (as) assistentes sociais que condicionam e impõe limites ao fazer profissional, uma vez que somente a intencionalidade da ação não determina a direção que será dada aos “resultados” de seu trabalho. Abordamos também questões sobre a autonomia relativa do (a) assistente social, que dependendo das condições postas pelo empregador pode ser mais ou menos relativa.

As reflexões presentes nessa comunicação visam subsidiar a discussão sobre limites e possibilidades do trabalho profissional, bem como apontá-lo enquanto campo vulnerável ao avanço conservador. Entendendo que o pensamento conservador sempre esteve presente no Serviço Social e no cenário de crise do capital ele ganha força e se torna mais explícito.

1. CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL

Para compreender a relação seminal do Serviço Social com o conservadorismo, é necessário discorrer sobre o pensamento conservador. Segundo Santos (2007) o “conservadorismo é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração burguesa” (MACHADO, 1997 *apud* Santos, 2007). A autora aponta que as primeiras manifestações do conservadorismo se dão como respostas reacionárias a Revolução Francesa que visava, dentre outras coisas, à derrocada do sistema feudal. As principais características desse período foram: a defesa da tradição e do costume, e a exaltação de formas de organização do passado como válidas para o presente.

O conservadorismo valoriza o passado, preserva a tradição, a propriedade privada e aceita parcialmente o capitalismo, fazendo-o conviver com instituições sociais pré-capitalistas, como o privilégio da família, corporações, protagonismo da Igreja, dentre outros, elementos visíveis até os dias atuais. Assim, vai se moldando ao capital e traços novos coexistem com os antigos.

Santos (2007) aponta que os “primeiros” conservadores eram contra a revolução francesa. Com a crise vivenciada pelo capitalismo (pós-1948) que incide diretamente na constituição do pensamento conservador, os conservadores passam a ser

contrarrevolucionários, ou seja, contrário a qualquer revolução. Souza (2016) diz que a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade, e sim a destruição da ordem e rebaixamento das tradições. Ademais, para o conservador a desigualdade social é natural, assim como as relações sociais e a hierarquia, enxergando-as como insuperáveis.

O conservadorismo brasileiro tem características particulares, pois, no Brasil, não vivenciamos uma revolução burguesa e nem o sistema feudal. Além disso, nossa formação foi periférica, dependente e heterônoma, “o nosso conservadorismo tem seu perfil marcado pela inserção periférica da economia brasileira no mercado mundial, determinando inclusive o sistema de saberes produzidos” (Santos, 2007).

O pensamento conservador constitui a matriz ideo-teórica do Serviço Social. O surgimento da profissão no Brasil se deu com o aprofundamento do processo de industrialização em 1930, que desencadeou maiores manifestações da questão social³, como a exploração do trabalho, fome, violência, dentre outros. Concomitante a esse aprofundamento, ocorreu um aumento das manifestações dos trabalhadores, que inicialmente o Estado enfrentava como caso de polícia e quando pressionado, incorporou em sua agenda, respostas⁴ as refrações da questão social.

As ações do governo e da Igreja Católica que se apresentavam como respostas aos trabalhadores objetivavam atenuar conflitos e produzir consensos. É, portanto, nesse contexto que surge o Serviço Social como uma das estratégias da burguesia industrial. Segundo Cardoso (2013) a profissão se institucionaliza e legitima-se como contratada pelo Estado para atender a interesses da burguesia e da Igreja Católica, emerge para a defesa de um projeto social vigente e constrói um projeto profissional conservador.

O conservadorismo é constitutivo da trajetória do Serviço Social brasileiro e somente sofre um abalo a partir do processo de renovação da profissão, principalmente na vertente da intenção de ruptura. Netto (2006) diz que esse processo de renovação implica a construção de um pluralismo profissional, já que amplia suas matrizes teóricas. A profissão mesma se põe como objeto de pesquisa, num andamento antes desconhecido “é só no marco desta abrangência que o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal” (Ibidem).

³ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a mediação do Estado [...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (Iamamoto, 2000, p.16-17)

⁴ O governo Vargas passa a intervir diretamente na questão social através da legislação social e trabalhista sindical, pautada em um modelo corporativista, aparentemente agradando à burguesia industrial e ao proletariado, porém sua política é bem clara e o setor das classes dominantes tem supremacia junto ao Estado. (Cardoso, 2013, p.112)

Considerando as análises que Netto (2006) faz das perspectivas que compõem o movimento de renovação, tem-se como sua primeira expressão, a perspectiva modernizadora na década de 1960, tendo como base os documentos de Araxá e Teresópolis. Essa vertente “captura” o “tradicional” sobre novas bases, não há um rompimento, visa à integração e ao desenvolvimento, conforme passagem do documento de Araxá que caracteriza o Serviço Social “pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas.” (CBCISS, 1986:24, apud NETTO, 2006, p.167).

Os documentos de Araxá e Teresópolis têm influências neotomistas⁵, o primeiro com uma base teórica estrutural-funcionalista e base ideológica reformista conservadora com o viés desenvolvimentista; o segundo equivale “à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria na “modernização conservadora” conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital...” (Netto, 1999, p. 193).

Na década de 1970 e entrada dos anos 1980, tendo iniciado nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, a vertente da reatualização do conservadorismo surge entre ruptura e continuidade. Como voltar ao “conservantismo” inicial seria muito difícil, já que se tinha de um lado o conservadorismo e de outro, quadros com influências marxistas, houve um movimento de reatualizar o conservadorismo, embutir uma nova roupagem a ele. Essa perspectiva substitui o “pensamento causal” (positivismo) pela compreensão (fenomenologia), que objetiva uma ajuda psicossocial⁶.

Até aqui, o que explicitamos são vertentes de um projeto conservador da profissão, contrário ao da perspectiva renovadora, chamada por Netto (2006) de intenção de ruptura, que experimentou um desenvolvimento diferente das perspectivas anteriores. Surgiu na década de 1970 dentro da estrutura universitária, especialmente em Minas Gerais, posteriormente em 1980 ultrapassou os muros da academia com um caráter de oposição, pois colidia com a ordem no plano teórico-cultural, profissional e político.

No contexto de lutas pela democratização do país, o Serviço Social teve o seu movimento de renovação crítica. Nos anos de 1980, se consolidou e ganhou hegemonia o projeto ético-político da profissão que tem como teleologia a transformação social, sua aproximação com os “marxismos” e com as ciências sociais, trazendo uma perspectiva crítica, emancipatória e um claro compromisso com a classe trabalhadora. Conforme consta

⁵ Filosofia de base cristã tem como princípio a dignidade humana e o bem comum, sob duas dimensões o corpo e a alma. (NETTO, 2006).

⁶ O Serviço Social [...] se propõe a um desenvolvimento da consciência reflexiva de pessoas a partir do movimento dialético entre o conhecimento do sujeito como ‘ser no mundo’ e o conhecimento do sujeito como ‘ser sobre o mundo’. Isto se realiza numa dimensão temporal e histórica. [...] Este processo se dinamiza através do diálogo, entendido aqui, como uma forma de ajuda psicossocial” (CBCISS, 1986: 185-186, apud NETTO, 2006, p.207).

em sua base jurídica-legal, o Código de Ética do(a) Assistente Social (Lei n. 8662/93) no seu VIII Princípio Fundamental deixa nítido uma “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”.

Cabe assinalar, o movimento de renovação não extinguiu o conservadorismo da profissão, que em momento de crise do capital fica mais explícito e enquanto a demanda que o sustenta existir,

[...] estará presente no Serviço Social, ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando-se para responder adequadamente às requisições que lhes são formuladas. Ele é uma tendência constitutiva dessa profissionalidade, o que não quer dizer que seja a única (Santos, 2007, p.58).

No item a seguir apontaremos como o conservadorismo pode atravessar o trabalho profissional dependendo das circunstâncias (objetivas e subjetivas) que ele é executado. Discorreremos sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a condição do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, demonstrará como os traços conservadores se renovam na intervenção profissional.

2. TRABALHO PROFISSIONAL E A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR ASSALARIADO

2.1 Mundo do trabalho e suas metamorfoses

O trabalho em seu sentido ontológico é compreendido como uma atividade que altera o estado natural de algum material para melhorar a sua utilidade, tendo o homem uma capacidade teleológica, uma intencionalidade. Na sociedade capitalista esse trabalho se transforma em modo de sobrevivência, deixando de ser prazeroso. Passa a ser vendido aos detentores dos meios de produção como força de trabalho e produzir valores que são apoderados pelos capitalistas.

Esse trabalho passa a ser assalariado, pois a força de trabalho é vendida como mercadoria e trocada por dinheiro, sendo esse valor de troca chamado de preço, que no caso do trabalhador é o salário, pago com a riqueza acumulada pelo capitalista e não com o dinheiro da venda do produto final. Esse processo gera a produção de mais valia e/ou valor, para tanto, o trabalho na sociedade do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, terceirizado que são parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Segundo Antunes (2006), nas últimas décadas, a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações objetivas e subjetivas. A crise atual do capital tem

trazido profundas mutações no interior do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva⁷ é expressão de tal crise. Ocorre no universo do capitalismo contemporâneo um múltiplo e complexo processo em curso no mundo do trabalho: a desproletarização do trabalho industrial fabril nos países de capitalismo avançado (diminuição da classe operária tradicional); expressiva expansão do trabalho assalariado (assalariamento do setor de serviços); significativa heterogenização do trabalho (incorporação do trabalho feminino) e subproletarização intensificada (trabalho parcial, subcontrato, terceirizado) (Idem).

A reestruturação produtiva do capital e sua tríade flexibilização/precarização/terceirização é sentida também no trabalho do assistente social devido a sua condição de trabalhador assalariado, a seguir detalharemos como isso pode afetar o fazer profissional.

2.2 Trabalho profissional e sua condição de assalariamento

De acordo com Raichelis (2011) o reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado vem a partir da aproximação com a teoria social de Marx expressa na obra de Yamamoto e Carvalho (1982). Nessa obra tem-se a compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Essa compreensão implica em problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos (Estado, empresas, ONGs e etc.). Neste sentido:

Existe uma dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam a profissão, expressão das forças sociais que nela incidem: tanto o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e dos ideários dos trabalhadores. (Yamamoto, 2009, p.11)

O assistente social é proprietário da sua força de trabalho que só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que são colocados por seus empregadores, pois mesmo regulamentado como profissão liberal, o seu exercício se realiza mediatizado por instituições e pela condição de trabalhador assalariado (Raichelis, 2011).

Logo o trabalho profissional,

é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto de mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso

⁷ Um período conhecido com reestruturação produtiva traz a forma de produção toyotista e passa a produzir por demanda, produtos variados, exigindo a polivalência e seguindo o caminho da terceirização e subcontratação. Essa nova forma traz ainda mais efeitos devastadores para classe trabalhadora: redução do proletariado fabril; incremento do subproletariado (trabalho parcial, terceirizado, informais e desempregado e etc.); aumento do trabalho feminino de uma forma precarizada e desregulamentada; exclusões de jovens e velhos do mercado de trabalho, dentre outros. A classe trabalhadora sofre um processo de heterogenização, fragmentação e complexificação (ANTUNES, 2015).

significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite continuidade da sociedade de classes quanto cria possibilidades de sua transformação (Iamamoto, 2009, p.12).

A direção do trabalho do assistente social não é dada somente pelo sujeito que o realiza, apenas por sua intencionalidade, é dado também pelas circunstâncias, pelas condições objetivas sob as quais ele não tem controle. Isso quer dizer, que mesmo com uma direção pautada no projeto ético-político hegemônico da profissão, o “resultado” pode ser conservador. Raichelis (2011) aponta que essas são as contradições entre a direção social⁸ que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho e as exigências impostas pelos empregadores aos trabalhadores assalariados.

Por esses fatores, o campo profissional fica tão vulnerável ao avanço conservadorismo, principalmente se pensarmos as políticas sociais como uma das principais mediações do trabalho profissional, sendo elas diretamente atingidas pelo processo de mundialização⁹ do capital, que traz a tais políticas, diretrizes para focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos do trabalho (Iamamoto, 2009).

Segundo Leite e Valle (2018) na atualidade, os assistentes sociais são chamados para veicular o discurso propagador do “consenso ativo dos trabalhadores” em torno dos objetivos dos empregadores, que fornecem aos assistentes sociais os instrumentos e meios para o desenvolvimento de seu trabalho, “definem demandas, condições de trabalho e o objeto (recorte da questão social) pelo qual recai a ação profissional” (Raichelis, 2011).

Raichelis (2011) demonstra que as condições objetivas conferem materialidade ao fazer profissional, mas é preciso considerar as condições subjetivas que consiste,

[...] no modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado de seu trabalho, as representações que faz da profissão, as justificativas que elabora para legitimar a sua atividade, que orientam a direção social que imprime ao seu exercício profissional (RAICHELIS, 2011, p.429).

O profissional tem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional, uma autonomia relativa que apresenta a possibilidade de ultrapassar a demanda institucional. Vale destacar que dependendo do empregador essa autonomia pode ser tensionada e depende de profissionais qualificados que consigam propor, negociar com os empregadores, defender projetos que ampliem direitos das classes

⁸ [...] a expressão da construção coletiva do Serviço Social brasileiro nas últimas quatro décadas, tecidas nas lutas sociais pela emancipação política, tendo como horizonte a construção de outra sociabilidade para além do capital (Raichelis, 2018, p.27).

⁹ [...] o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e no seu interior entre as classes e grupos sociais no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e dependência (MANDEL, 1985 *apud* Iamamoto, 2009).

subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais (Raichelis, 2011).

O desafio posto é, somos capazes de reverter o quadro desse avanço conservador no campo profissional? Netto (1999) já apontava que a perspectiva de intenção de ruptura se espalhou de forma insuficiente no âmbito do fazer profissional. As manifestações da questão social tem sido objeto de ações superficiais e de “programas focalizados de combate à pobreza” (Iamamoto, 2009). Qual seria então o papel do assistente social nesse contexto onde a profissão é atravessada pelo metodologismo, teorismo acrítico, aligeiramentos, pragmatismo, voluntarismo e contentamento com o possibilismo? (Boschetti, 2015).

Para Boschetti (2015), se faz necessário estimular a construção de formas coletivas e individuais de resistência para frearmos o avanço de um conservadorismo que sempre existiu e é essencial para conservação do capital. Raichelis (2011) reforça que o trabalho profissional tem que ir além da realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas a simples reiteração do instituído. O profissional precisa fazer “a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação” (Raichelis, 2011, p. 428).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões em tela expressam que o conservadorismo de maneira implícita ou explicitamente permeia tanto a formação, quanto o trabalho profissional dos (a) assistente social, esse sempre esteve presente não apenas no Serviço Social, como também na sociedade capitalista. O pensamento conservador vai se moldando ao capital e em momentos de crise ficam mais explícitos (Boschetti, 2015).

O Serviço Social é uma espacialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho, os (as) assistentes sociais são trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Logo as metamorfoses no mundo do trabalho afetam diretamente a profissão.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009) a profissão pode ser vista sob dois ângulos: determinada pela consciência de seus agentes, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional e pelas condições objetivas que conferem direção social a prática profissional independente da consciência e vontade individual. É nessa unidade contraditória que se dá o fazer profissional, ficando o campo profissional vulnerável a

políticas sociais residuais, condições de trabalho flexíveis orientadas pelo uma lógica neoliberal, tornando-se terreno fértil ao avanço conservador.

Diante desse campo profissional, atravessado por circunstâncias que condicionam a direção social do trabalho dos (as) assistentes sociais, lamamoto (2009, p.34) aponta um “desafio intelectual e histórico de fundamental importância ao Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas; e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, germinadas no presente [...]”. Reforçando a necessidade e urgência da segunda perspectiva, pois “a luta pela afirmação de direitos é hoje também uma luta contra o capital” (lamamoto, 2009, p.1).

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BOSCHETTI, I. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 124. p. 637-651, out./dez. 2015.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**, Campinas: Papel Social, 2013.

CEFESS. Conselho Federal de serviço social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social. 15 de março de 1993**. Disponível em http://www.cefess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In, coletânea “Serviço social: direitos sociais e competências profissionais”. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, J. L; VALLE, K. F. **Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 131. São Paulo, 2018.

LYNCH, C.E.C. **Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista.** Revista Lua Nova. São Paulo, n.100, p. 313-362, 2017.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital.** Avante, 1982.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2006.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, p.420-437, jul./set.. 2011.

_____. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo.** In: ALBUQUERQUE, V.; RAICHELIS, R.; VICENTE, D. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018, p.25-65.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós- moderno e Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007, Capítulo 2. Substratos ideo-teóricos do Serviço Social: conservadorismo e sincretismo (pág. 47-71).

SOUZA, J.M.A. **Edmund Burke e a gênese do conservadorismo.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 126, p.360-377, maio/ago. 2016.